

CONCURSO DE PROVAS PÚBLICAS PARA ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE NOTÁRIO

11/10/2025

DIREITO NOTARIAL E PÚBLICO

A) DIREITO NOTARIAL

(14 valores)

I. António, português, faleceu no Brasil, no dia 1 de setembro de 2025, com última residência habitual em França, no estado de divorciado de Bela, brasileira, com quem havia contraído casamento civil, no dia 2 de maio de 2016, em Portugal, onde residiam à data e com convenção antenupcial na qual estipularam o regime da comunhão geral de bens. António e Bela tinham-se divorciado no dia 21 de julho de 2020, sem terem efetuado a partilha por divórcio.

António deixou 2 filhos, Carolina, nascida a 2 de março de 2018 e Duarte, nascido a 20 de junho de 2024. E, no dia 3 de janeiro de 2025, aquando de uma das suas muitas estadias em Portugal, realizou testamento, num Cartório Notarial no Porto, em que instituiu o filho Duarte herdeiro da quota disponível.

Agora, Bela dirige-se ao seu Cartório com várias dúvidas relacionadas com o casamento e a sucessão.

a) Que aspetos deve ter em atenção para lhe responder, nomeadamente, que lei é aplicável àquele casamento e que leis podem ser aplicáveis à sucessão de António? Justifique legalmente. (4 valores)

b) Bela não tem boas relações com Edith, mãe do filho mais novo de António (Duarte), pelo que deseja ser, também, informada sobre a possibilidade de requerer processo de inventário no seu Cartório. Atendendo ao supra exposto, como lhe responderia? (1 valor)

c) António deixou dinheiro depositado em instituições bancárias francesas, que, agora, solicitam que lhes seja apresentado o Certificado Sucessório Europeu por morte de António. Onde deve ser emitido esse Certificado? (1 valor)

II. Joana e o seu irmão Luís são únicos herdeiros de seus pais, Manuel e Maria, falecidos, ele no dia 5 de abril de 2016 e ela no dia 9 de fevereiro de 2022. Entre os bens deixados por Manuel e Maria encontram-se:

1) Uma quinta no Douro, correspondente ao prédio misto inscrito na matriz urbana sob o artigo 1 e na rústica sob o artigo 100, descrito na Conservatória do Registo Predial respetiva sob o número 455;

2) Um prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 6 e descrito na mesma Conservatória sob o número 533.

Ambos têm aquisição registada a favor de Zeferino pela inscrição com a apresentação 2, de 5 de janeiro de 1968.

Encontraram nos documentos de seus pais uma escritura de compra e venda na qual Zeferino vendeu o prédio misto a Xavier e uma outra escritura em que o seu pai comprou o prédio urbano a Telma. Apesar das demais buscas que efetuaram, não encontraram quaisquer outros títulos.

Agora, Joana e Luís querem vender ambos os prédios à sociedade “XYZ, Lda” e dirigem-se ao seu Cartório.

a) Informe Joana e Luís acerca dos atos notariais a serem praticados e de quais os procedimentos concretos que devem ser levados a cabo em vista do objetivo de venda. (5 valores)

b) Na data da celebração do negócio de compra e venda, pelo lado da sociedade comparece Nuno, gerente. Na certidão permanente do registo comercial da “XYZ, Lda”, são identificados como membros da gerência Nuno, Óscar e Paula. Quanto à forma de obrigar da sociedade, consta que a sociedade se vincula com intervenção da maioria dos gerentes. Nuno insiste que essa regra só tem efeitos internos e que, nos termos do art.

260.º do CSC, ele sozinho tem competência para vincular a sociedade. Terá Nuno razão? Não tendo, deverá recusar a prática do ato? (3 valores)

B) DIREITO PÚBLICO

(6 valores)

Manuel é proprietário de um prédio extenso em solo urbano onde se encontra edificada uma habitação unifamiliar. Pretende agora dividir parte do terreno, com frente de rua, para o alienar a potenciais compradores.

a) Qual o instituto ou institutos a que pode recorrer para poder individualizar aquela parte do seu prédio urbano? Identifique esse ou esses institutos e caracterize-os. (2 valores)

b) Imagine que o Plano Diretor Municipal revisto considera aquela parte do prédio como zona verde urbana na qual nada se pode edificar. Considera que o Município pode vir a aceitar a sua pretensão à luz dos institutos que identificou na alínea anterior? Fundamente. (2 valores)

c) O Senhor Manuel é proprietário de um outro prédio no qual edificou uma construção sem a necessária licença de construção não dispondo, por isso, também, de autorização de utilização exigível à data. O Senhor Carlos pretende comprar-lhe o prédio e a construção nele erigida para poder apresentar um processo de legalização. É possível celebrar o negócio jurídico de transmissão da propriedade da vivenda sem a exibição do título válido para a sua utilização? Fundamente. (2 valores)